



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

EDUCAÇÃO, CULTURA E PODER NA ERA POMBALINA

Halysson F. Dias Santos*
(UESB)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados parciais de pesquisa sobre a importância das reformas na educação e das políticas culturais promovidas pelo governo pombalino, a fim de instaurar uma impressão favorável ao Estado. Sua discussão, portanto, centra-se nas relações que se estabelecem entre a educação acadêmica, a produção artístico-cultural e a propaganda de Estado, no processo de legitimação do despotismo esclarecido de Pombal, na busca pela hegemonia, que se dá, principalmente, por meio do oferecimento de uma educação que se opunha ao método da Companhia de Jesus, associado à cooptação de uma comunidade de letrados a serviço da exaltação e da justificativa das diversas medidas adotadas no reinado de D. José I.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Marquês de Pombal. Propaganda Estatal.

INTRODUÇÃO

Para se empreender um estudo sobre as relações entre as reformas educacionais pombalinas, as letras portuguesas e luso-brasileiras de fins do século XVIII produzidas sob os auspícios do Marquês de Pombal e as aspirações totalizantes do seu governo pombalino (1755-1777), é mister entender as particularidades da irradiação do Iluminismo em Portugal, bem como das especificidades do despotismo esclarecido do marquês. Como as considerações quanto a essas especificidades não podem,

* Professor da Rede Municipal de Educação de Vitória da Conquista/BA. Graduado em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e aluno do Curso de Especialização em Teoria Literária, oferecido pelo Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários (DELL) da mesma instituição. halyssondias@gmail.com



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

evidentemente, se delongar, tendo em vista as dimensões do presente texto, cabe, ao menos, fazer referência a elas.

As “Reformas pombalinas da instrução pública” têm, sem dúvida, uma fundamentação e uma justificativa filosófico-pedagógica e não somente política. Fugir de tal constatação é tentar a qualquer custo provar uma tese que obscurece a compreensão dessas mesmas reformas em um processo histórico. Como se sabe, as críticas ao modelo educacional iniciano são anteriores ao governo de Pombal, já têm início, por meio dos “estrangeirados”, no reinado de D. João V (cf. SÉRGIO, 1975, p. 121). Sua formulação mais radical, antes da campanha anti-jesuíta do marquês, é, sem dúvida, o polêmico Verdadeiro Método de Estudar (1746), conjunto de cartas escritas por Luis Antônio Verney (1713-1792). Embora não fosse um inimigo da Companhia de Jesus, como ele próprio faz questão de asseverar, Verney fez críticas contundentes ao método escolástico. Críticas estas que renderam muita polêmica e muitas adesões em Portugal. Como afirma Eduardo Teixeira de Carvalho Filho, Verney representou uma “voz dissonante dentro da cultura letrada portuguesa do século XVIII”. Como um “iluminista português estrangeirado” ele produziu uma obra que “influenciou a Reforma da Universidade de Coimbra e causou grande impacto na comunidade letrada portuguesa”. Como Carvalho Júnior segue dizendo, “demonstrando profunda inserção nas principais discussões da época”, Verney “propõe uma reforma pedagógica de ensino, o que fatalmente significaria uma crítica aos métodos escolásticos dos jesuítas” (CARVALHO JUNIOR, 2005, p. 10). Como se sabe, o iluminismo português é extremamente marcado pelo cosmopolitismo. Nos anos que antecederam a ascensão do Marquês de Pombal muitos letrados e estudantes portugueses, que saíram foram para o exterior no intuito de estudar ou se refugiar por medo do Santo Ofício, “tiveram o ensejo de medir os efeitos da Contra-Reforma na mentalidade e do parasitismo sobre as colônias em toda a vida metropolitana” (SÉRGIO, 1975, p. 121). O próprio Verney estudou na Itália e, de Roma, escreveu as cartas que compõem o Verdadeiro Método de Estudar. Como afirma Boto, é



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

possível dizer que “o pensamento do século XVIII será marcado em Portugal pelo olhar estrangeirado”. Segundo ela, “os mais proeminentes iluministas lusitanos escreveram sobre a renovação da cultura portuguesa enquanto viviam no exterior. De um certo modo, teria havido diferentes níveis de apropriação mental das idéias que circulavam pela Europa naqueles tempos enciclopédicos” (BOTO, 2005, p. 159). Como ela segue dizendo, no caso dos mais destacados iluministas portugueses, o reconhecimento dessa confluência de pensamentos partilhados é ofício assumido. Desse modo, o atributo de estrangeirado aplica-se tanto a D. Luís da Cunha quanto a Verney ou Ribeiro Sanches, coincidindo, curiosamente, com matrizes intelectuais que marcaram presença pelo efeito irradiador que obtiveram quanto a análises e sugestões para reconstruir a vocação – perda alhures, da pátria decadente (BOTO, 2005, p. 159).

Além das cartas de Verney é importante mencionar as Cartas sobre a Educação da Mocidade, do médico Ribeiro Sanches (1699-1783) e também o Testamento Político, do diplomata D. Luís da Cunha, escrito em que indica ao príncipe herdeiro D. José I, quais as reformas necessárias para que Portugal se modernizasse, bem como aponta Sebastião de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, como aquele que poderia executar tais reformas (cf. SÉRGIO, 1975, p. 122-123).

Embora impressione muitos dos letrados portugueses da época, as novas idéias educacionais, que chegam a Portugal pelo Verdadeiro Método de Estudar, encontraram muita resistência nas terras ibéricas. Portugal e Espanha se mantiveram muito aferrados aos valores católicos e a todas as estruturas sociais e culturais do Antigo Regime até meados do século XVIII, e a muitas delas até o século XIX. A Contra-Reforma e a Inquisição mantiveram Portugal em um Estado de vigília contra as influências culturais estrangeiras, na busca por vedar as possibilidades de entrada, no Império, dos discursos considerados heréticos em relação à ortodoxia católica. Na primeira metade do século XVIII, ainda é muito forte e de extenso alcance a influência da Igreja Católica, da Contra-Reforma e do Santo Ofício sobre o Estado português. Os jesuítas são muito influentes,



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

principalmente por controlarem e vigiarem a produção letrada e a educação, tanto em Portugal, quanto na América Portuguesa. Esses fatores vão refrear a mudanças ideológicas trazidas pelas Luzes.

É justamente por essa razão que refletir sobre os modos de circulação e recepção de idéias iluministas em Portugal, mesmo antes do governo pombalino, é determinante para se compreender as alterações educacionais, suas implicações e motivações. Esses modos de circulação e recepção constituem uma das raízes da própria ascensão de Pombal, e da referida reformulação. Pensar a reforma pombalina da instrução pública como um dos resultados da intensa pressão das novas filosofias sobre a sociedade portuguesa é de suma importância para se evitar uma excessiva “ideologização” da mesma. A consideração, por exemplo, do impacto de obras tais como o Verdadeiro Método de Estudar, em Portugal, faz com que se perceba que as reformas educacionais levadas a cabo durante o governo pombalino não são meramente fruto da antipatia pombalina para com a Companhia de Jesus. Tal pensamento representaria uma redução significativa das possibilidades de reflexão histórica em relação a essas alterações. Cabe destacar também que as reformas pombalinas não conseguiram dar conta da proposta de Verney (cf. SÉRGIO, 1975, p. 122). Por outro lado – primando assim pela percepção das especificidades do iluminismo português no que se refere ao exercício do poder, ou seja, às particularidades que distinguem o despotismo esclarecido de Pombal de outros –, é primordial pensar também de que modos essa reformulação assume um papel fundamental na legitimação da ditadura pombalina, em correlação com a produção letrada da época a serviço de um programa de construção de uma imagem favorável do Estado, do rei e do marquês, que em muitos sentidos faz lembrar a corte de Luís XIV. Esta é a questão a que exatamente nos propomos discutir por nesse texto.

Antes, porém, de passar a essas implicações políticas das reformas educacionais e à articulação entre educação e produção letrada no programa pombalino de hegemonia é necessário fazer uma breve consideração acerca da conjuntura educacional que



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

antecede ao período pombalino, ainda sob a escolástica e a orientação da Companhia de Jesus, uma vez que a reforma pombalina da educação pública nasce justamente de um discurso de negação da organização acadêmica jesuítica, em seus métodos, justificativas e pretensões.

Até a década de 50 do século XVIII a grande maioria das escolas estavam sob a tutela da Companhia de Jesus. Sendo, portanto, a escolástica o seu método de ensino. As escolas estavam debaixo das determinações contra-reformistas do Concílio de Trento. O Ratio atque institutio studiorum Societatis Jesu, conjunto de escritos que retomam e reformulam “as considerações pedagógicas contidas nas Constituições da Companhia de Jesus, escritas por Inácio de Loyola”. Trata-se, como assevera Franco Cambi, de um documento de trinta e capítulos, produzidos a partir de 1560 e publicados em 1599, que representa “as bases de um programa formativo de caráter católico que se estende a todos os colégios jesuíticos do mundo” (CAMBI, 1999, p. 261). Era o Ratio Studiorum que orientava os estudos tanto em Portugal, quanto na América Portuguesa. Segundo Cambi (1999, p. 261), o elemento mais relevante da Ratio é constituído por uma rígida norma que abrange toda a organização da vida do colégio e dos estudos: desde as funções dirigentes dos provincial e do reitor até as disposições didáticas relativas aos professores e aos estudantes dos vários cursos de estudo e às várias disciplinas ensinadas. Realiza-se desse modo uma orgânica programação das atividades educativas em estrita relação com os fins ético-religiosos da ordem.

Cabe ressaltar ainda, que a produção letrada estava extremamente vinculada à educação acadêmica. Na verdade, era essa educação a única forma de se galgar a produção de textos poéticos formais. Como os estudos se pautavam no Ratio Studiorum, a formação dos letrados também era determinada por ele. Tanto é que os letrados que aderiram ao projeto pombalino de algum modo são afetados pelas idéias estrangeiras, seja por terem estudado na França ou na Itália, seja por manterem alguma espécie de contato com poetas ou filósofos italianos e franceses. Tanto a educação quanto a



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

produção letrada, resultado direto da formação que os letrados recebiam em poética, retórica e teologia, estavam sob a orientação jesuítica, lembrando que grande parte dos escritores e retores da época eram inicianos, e aqueles que não mantinham qualquer vínculo direto com a Igreja, deviam satisfações ao Santo Ofício, que tinha autoridade para vigiar e punir. Deste modo, a Companhia de Jesus detinha o monopólio da produção simbólica no Império Ultramarino Português. Tome-se como exemplo o Pe. Antonio Vieira que, como afirma João Adolfo Hansen (2006, p. 54), atualiza em sua prática a formação recebida no seminário da Companhia de Jesus, cujo programa de ensino, formaliza no Ratio studiorum, implica a educação por assim dizer homogênea de todos os sacerdotes por meio da reciclagem maciça das autoridades canônicas da Igreja e das autoridades lógicas, dialéticas, gramaticais, poéticas, históricas e oratórias antigas.

Como Hansen segue dizendo, “as várias disciplinas do Ratio studiorum implicam o treinamento da memória, da vontade e da inteligência do noviço com essas autoridades para formar o padre com total aptidão para desempenhar os interesses da Companhia, da Igreja e da Coroa nas coisas do mundo” (HANSEN, 2006, p. 54). O mesmo se aplica a outros autores do XVI ao XVIII, mesmo àqueles que não seguiam o ministério sacerdotal.

A organização e a eficácia a que a Companhia de Jesus chegou no âmbito da educação é de se ressaltar, para se ter uma melhor compreensão do caráter discursivo/ideológico de boa parte das idéias pombalinas sobre os inicianos. Como afirma António Gomes Ferreira, “os jesuítas conseguiram rapidamente organizar um sistema escolar bem articulado e muito apropriado aos princípios ideológicos que os orientavam” (FERREIRA, 2005, p. 61). Sendo, que sua educação não era tão atrasada como discursivamente se fez crer na campanha pombalina de desqualificação da Ordem. É importante ressaltar que, como assevera Ferreira, muito daquilo que se tem afirmado acerca da pedagogia jesuíta está impregnado de preconceito e anacronismo. Os discursos pombalinos de desqualificação e marginalização dos religiosos inicianos,



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

produziu preconceitos e restrições à pedagogia jesuítica, identificando-a com as mais conservadoras, arbitrárias e danosas práticas educacionais. Tais idéias ficaram de legado ao século XIX, sendo reproduzidas ao longo do XX. No entanto, como bem lembra Ferreira, “a compreensão da ação da Companhia de Jesus não deve ser desligada do contexto cultural e social dum tempo particular. Não pode ser avaliada da mesma forma a posição pedagógica dos jesuítas e meados de Quinhentos e duzentos anos depois” (FERREIRA 2005, p. 59).

Como demonstra Franco Cambi há um movimento na direção da “laicização educativa” e da “racionalização pedagógica” na Europa do século XVIII. Esse processo, no entanto, apenas se completa no chamado Século das Luzes, tendo em vista que, ao longo o mundo moderno, que Cambi, como parece ser uma tendência entre os historiadores, identifica com os Estados em que eclodiu algum tipo de reforma religiosa, mais a França, pós Luís XIV e pré-revolução, e mesmo a Itália de Maquiavel. Entretanto, há uma diferenciação acentuada de ritmos e intensidade com que essa tendência se impõe de Estado para Estado. Como assevera Cambi, as instituições escolares na Europa do século XVIII manifestam, por um lado, projetos e programas orientados no sentido abertamente reformador, de dar vida a uma escola estatal, nacional e laica; por outro, aspectos reais – de condição real da instrução – bastante diferenciados de área para área (mais inovadores na área alemã, mais inertes e tradicionais na França e na Inglaterra, oscilam entre velho e novo na Itália e na Rússia) e ainda ligados, pelo menos (CAMBI, 1999, p. 330-331).

Não existe ainda um sistema escolar orgânico e centralizado: será a demanda de reformismo que porá em destaque o papel de organizador e de controlador a ser exercido pelo “poder político”, uniformizando o sistema escolar nacional, racionalizando-o num conjunto de ordens e graus, distintos e interligados ao mesmo tempo.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Há de se destacar, porém, que esse processo de modernização na Europa não promoveu um rompimento com o modelo jesuíta, o que se mostra como particularidade em Portugal e, posteriormente, em Espanha, França e Itália, que, embora pautado na metafísica, na cultura católica e nos esquemas conceituais da escolástica, se mostram, como já foi ressaltado, muito eficazes do ponto de vista organizacional e pedagógico. Essa busca pela sistematização, uniformidade e centralização da educação é o que faz com que o modelo do Ratio Studiorum permaneça com esse prestígio. Nesse sentido, é possível afirmar que a campanha de Pombal contra os jesuítas que acabou se propagando por toda a Europa ainda católica é responsável por uma alteração drástica e nem sempre isenta de problemas, o que se verifica, por exemplo, na França (cf. CAMBI, 1999, p. 331).

Aí se manifesta uma peculiaridade do governo pombalino, que se identifica justamente na sua atitude em relação ao modelo educacional dos jesuítas, sacrificado na sua busca por hegemonia política. Os problemas de ordem educativa ocasionados pela expulsão dos jesuítas na França, certamente também existiram em Portugal, no entanto, a atitude de Pombal justifica-se politicamente, dado o grau de influência que os jesuítas gozavam em Portugal, o que não se percebe em nenhum outro Estado cuja religião oficial é o catolicismo. O Estado não tinha a autonomia que se verifica em outros lugares. Para garantir a hegemonia política, portanto, o marquês precisou romper com essa influência religiosa, promovendo uma ruptura completa com a Ordem. Como afirma Charles Boxer, “uma das razões principais da obsessão antijesuíta de Pombal foi sem dúvida a sua concepção levada ao extremo do absolutismo real e a sua determinação de subordinar a Igreja praticamente em todas as esferas” – inclusive na educacional e cultural –, “ao controle apertado da Coroa” (BOXER, 1969, p. 188).

Enfim, se, em Portugal, nos séculos XVI, XVII e parte do XVIII é evidente a correlação entre instrução acadêmica e religião, é do mesmo modo evidente a dependência da cultura letrada em relação à formação educacional acadêmica. Sendo



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

assim, a educação e as letras eram dois campos em que o governo pombalino teria necessariamente que controlar para ter condições de garantir a hegemonia e evitar a produção de discursos contrários a seu ideário. Para Pierre Bourdieu (1998, p. 12), “o campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica das classes”. Além disso, era necessário legitimar discursivamente as ações repressivas contra a Companhia de Jesus. Era necessário, portanto, retirar do poder dos jesuítas os dois principais monopólios de produção simbólica, a instrução acadêmica e a produção letrada. Detendo esse monopólio, Pombal teria em suas mãos o poder simbólico que instaurasse um estado de consciência social que lhe fosse cada vez mais favorável. O poder simbólico, como diz Bourdieu (1998, p. 9), “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social)” e, por isso, é o poder que se busca conquistar para se impor “a definição do mundo social mais conforme aos interesses” e, com isso, se impor “o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais” (BOURDIEU, 1998, p. 11). Ainda segundo Bourdieu, a luta pela detenção do poder simbólico pode ser conduzida “quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima”, ou seja, “do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxionomias) arbitrárias – embora ignorados como tais – da realidade social” (BOURDIEU, 1998, p. 12).

A luta de Pombal contra a influência jesuíta se enquadraria no que Bourdieu denomina “luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização”. Luta essa que se dá na classe dominante. Até a primeira metade do século XVIII e até o início do governo de Pombal, a Companhia de Jesus gozava ainda de muitos privilégios e de muita influência. O Estado estava, em muitos sentidos, subordinado à Igreja. A razão de Estado se



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

confundia com a razão eclesiástica. O intento de Pombal era acabar com a influência e os privilégios eclesiásticos, principalmente a jesuítica, dando ao Estado maior autonomia e poder. A partir do momento em que Pombal decide fazer uma intensa e implacável campanha de desqualificação e, logo em seguida, marginalização da Ordem, esta perde os seus privilégios e influência e, posteriormente, até o apoio papal, chegando finalmente à extinção. Com as reformas educacionais e o trabalho de desqualificação dos jesuítas, realizado pelos especialistas (poetas, juristas, clérigos de outras ordens, etc.) a serviço do governo pombalino, a Companhia de Jesus perdeu seu poder simbólico em Portugal. Ficando indefesa diante da força política do Estado dirigido por Pombal. Tendo assumido o controle da educação e da produção letrada, Pombal assume aquilo que Bourdieu denomina “monopólio da produção ideológica”. Esse monopólio então será maciçamente empregado para impor a “ordem gnoseológica” que garante a hegemonia pretendida.

Ivan Teixeira estudou as possíveis relações entre algumas produções letradas, da segunda metade do século XVIII e o Marquês de Pombal, mostrando como o governo pombalino investiu na propaganda estatal, tendo como veículo a poesia. Em seu estudo intitulado *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*, ele evidencia as relações de mecenato e os modos como os poetas serviram ao programa político de Pombal, na produção de discursos desfavoráveis à Companhia de Jesus, na exaltação do Estado, do rei e, evidentemente, do Marquês e de seus aliados mais próximos. O Mecenato Pombalino trata, principalmente, como o próprio Teixeira destaca, das relações entre a produção poética de Basílio da Gama e das preceptivas poéticas de Francisco José Freire (o Cândido Lusitano) e Luís Antônio Verney com o ideário pombalino. Seu estudo ainda leva em conta “a produção de Silva Alvarenga, Francisco de Melo Franco, Antônio Dinis da Cruz e Silva entre outros” (TEIXEIRA, 1999, p. 13).

Construindo simbolicamente, por meio das letras, as imagens persuasivas de um Portugal jesuíta e de um Portugal ilustrado, um Portugal pior, cultural, econômica,



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

política e socialmente atrasado e arbitrário e um Portugal sempre melhor, moderno e próspero é que Pombal busca legitimar sua razão de Estado. Deste modo, se cria a “ilusão” de que o discurso do seu despotismo esclarecido é legítimo, ao passo que o outro, o jesuíta, é arbitrário:

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1998, p. 14).

E é na educação e nas letras que, nos séculos XVI, XVII e XVIII, esse poder é essencialmente exercitado. Pombal buscou de todas as formas impor a sua política a Portugal. Se de fato, como diz Georges Duby, “a ideologia é uma arma, da qual o poder procura servir-se” (2000, p. 128), logo é possível afirmar que Pombal se valeu desta para justificar suas ações passadas e galgar aprovação para ações já prognosticadas, arrefecendo as forças dos discursos contrários, convencendo possíveis aliados, não passíveis de serem atacados, mas de serem conquistados persuasivamente, e, finalmente, minando a imagem pública dos seus principais opositores, mesmo depois que estes já estavam anulados pela força. Isso porque não era somente necessário subjugar estes opositores, mas também minar sua influência e sua memória. A construção de uma escola nova era um passo fundamental para se alcançar esse intento, bem como a cooptação de letrados que estivessem prontos a construir discursivamente a impressão de realidade que lhe fosse favorável. Como afirma Duby, o poder se vale da ideologia controlando “os principais ateliês de produção cultural” (DUBY, 2000, p. 128). Correlacionar as chamadas letras pombalinas com as reformas da instrução pública é um dos caminhos pelos quais é possível se pensar as formas de afirmação política do despotismo pombalino. Isso porque os projetos hegemônicos não se sustentam apenas a



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

partir de uma única forma. Como diz Ronaldo Vainfas, a ideologia pode ser entendida “como um sistema de significações complexo, expresso de formas diversas, nem sempre idênticas, mas articuladas na sustentação da hierarquia social e da dominação de uma classe sobre o conjunto da sociedade” (VAINFAS, 1986, p. 14).

As reformas educacionais, juntamente com a produção de bens simbólicos no âmbito das artes, são utilizados como instrumentos ideológicos de legitimação, propaganda, bem como de promoção direta do projeto político do Marquês de Pombal. Portanto, como é comum aos regimes classificados pelo rótulo “despotismo esclarecido”, a dominação e a imposição da visão de mundo não se dá principalmente pela repressão judicial e armada, mas também pela violência simbólica. O projeto pombalino não conta apenas com as forças repressivas militares e policiais portuguesas, mas também com a formação de opinião. A persuasão por meio das letras e da educação é, portanto, um dos pilares de seu governo.

REFERÊNCIAS

- BOTO, Carlota. “Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX”. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (Org). História e memórias da educação no Brasil. v. I – Séculos XVI-XVIII. p. 158-178. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOXER, Charles. “A ditadura pombalina e as suas conseqüências”. In: BOXER, Charles. O Império Colonial Português de 1415-1825. Lisboa: Edições 70, 1969.
- BOXER, Charles. “Os cafres da Europa, o Renascimento e o Iluminismo”. In: BOXER, Charles. O Império Marítimo Português de 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.
- CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de. Verney e a questão do Iluminismo em Portugal. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2005. (Dissertação de Mestrado) <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/2609/1/educarvalho.pdf>.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

DUBY, Georges. Idade Média dos Homens: do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FERREIRA, António Gomes. “A Educação no Portugal Barroco: século XVI a XVIII”. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (ORG.). História e memórias da educação no Brasil. v. I – Séculos XVI-XVIII. p. 56-76. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

HANSEN, João Adolfo. Barroco, neobarroco e outras ruínas. In: Floema: Caderno de Teoria e História Literária (especial). Vitória da Conquista/BA: Edições Uesb. Ano II, n.2, p. 15-84, out., 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. Um imenso Portugal: história e historiografia. São Paulo: Ed. 34, 2002.

SÉRGIO, António. “A invenção reformadora dos estrangeirados”. In: SÉRGIO, António. Breve interpretação da História de Portugal. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

TEIXEIRA, Ivan. Mecenas pombalino e Poesia Neoclássica: Basílio da Gama e a Poética do Encômio. São Paulo, Edusp/Fapesp, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. Ideologia & Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis/RJ:Vozes, 1986.